



# CÂMARA DO MUNICÍPIO DE CHARQUEADA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA JURÍDICA DO LEGISLATIVO

## Parecer Jurídico

**Assunto:** *Processo Administrativo nº 11/2026 - Dispensa nº 08/2026*

**Contratante:** *Câmara do Município de Charqueada*

**Objeto:** *Parecer acerca da contratação de empresa para fornecer suporte técnico e operacional audiovisual durante as sessões camarárias, incluindo equipamentos/material e mão de obra, conforme especificações constantes no Termo de Referência*

### 1. Relatório:

Trata-se de solicitação de parecer referente à possibilidade de realização de contratação direta por dispensa de licitação, tendo a Assessoria Contábil desta Câmara Municipal informado acerca do recurso orçamentário disponível ao custo médio anual de R\$ 54.144,00 (cinquenta e quatro mil e cento e quarenta e quatro reais)

Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do art. 8º, § 3º, bem como do art. 72, inc. III, ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si.

Nestes termos, cumpre salientar que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar a Presidente da Câmara na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão daquela, que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas no âmbito da Administração Pública.

Cabe informar, por derradeiro, que cabe ao Agente de Contratação, designado por Portaria anexada aos Autos, a instrução dos processos de contratação direta nos termos dos artigos 72 a 75 da Lei 14.133/2021, nos moldes do que preceitua a própria legislação em regência, bem como sua normatização no âmbito desta 'Casa de Leis', Resolução nº 3, de 06 de dezembro de 2023, mais especificamente seu art. 3º, § 1º.

É o relatório.



# CÂMARA DO MUNICÍPIO DE CHARQUEADA

Estado de São Paulo

## PROCURADORIA JURÍDICA DO LEGISLATIVO

### 2. Análise jurídica:

O procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para esta Câmara Municipal e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assim, deve-se observar a impessoalidade, a eficiência, a publicidade, a moralidade e a legalidade, de forma a se realizar qualquer contratação em vista de se despendar o erário público da forma mais eficiente e que melhor atenda o interesse público, o que se consubstancia no alcance da proposta mais vantajosa.

Em regra, a Constituição Federal determinou no art. 37, inc. XXI, que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública devem ser precedidos por licitação.

Contudo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, poderá ser dispensada a licitação para aquisições que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o estipulado nos termos do art. 75, inc. II, da mesma Lei de Licitações. Tal valor é o disposto na redação original da referida norma, que vem sendo atualizado anualmente. No caso, o Decreto nº 12.807, de 29.12.2025, atualizou o valor previsto no referido art. 75, inc. II, para R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)

A justificativa apresentada para a contratação direta foi o critério valorativo do serviço a ser contratado, de modo a implicar que a realização de procedimento de licitação para a contratação deste seria medida desarrazoada, haja vista seu valor diminuto, dando razão à contratação com dispensa de licitação, tendo amparo o supracitado inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

No caso, tomando por base o valor estimado para o certame, infere-se que o referido valor de R\$ 54.144,00 se enquadra legalmente na dispensa de licitação, modalidade de contratação direta ao lado da inexigibilidade (art. 72, *caput*, da Lei nº 14.133/2021). Não há, portanto, óbices jurídicos quanto a estes aspectos.

Outrossim, há a exigência de documentos a serem apresentados para a realização de contratações diretas, conforme determina o art. 72 da Lei





# CÂMARA DO MUNICÍPIO DE CHARQUEADA

Estado de São Paulo

## PROCURADORIA JURÍDICA DO LEGISLATIVO

14.133/2021<sup>1</sup>. E, da mesma forma, também se atentou ao que alude o art. 24 da Resolução nº 03, de 06 de dezembro de 2023 (regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito desta Câmara Municipal), assim como, em relação a estimativa de preços, seu art. 25 em ao menos um dentre seus incisos I a IV<sup>2</sup>.

Salienta-se que o 'Documento de Formalização de Demanda' encontra-se detalhado, englobando, além da descrição minuciosa do objeto, dados relativos a prazo de contratação e forma de pagamento (10 dias após a emissão da nota fiscal), condições da prestação do serviço, com garantia, justificativa da necessidade da contratação e seus requisitos, modo de realização da estimativa de estimativa de preços e, ainda, previsão de que o objeto desta dispensa consta no 'Plano Anual de

<sup>1</sup> Art. 72, L. 11.433/2021: "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:  
I. documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;  
II. estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;  
III. parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;  
IV. demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;  
V. comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;  
VI. razão da escolha do contratado;  
VII. justificativa de preço;  
VIII. autorização da autoridade competente." (in verbis)

<sup>2</sup> Art. 24, Resolução 03/2023: "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os documentos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a estimativa de despesa calculada na forma estabelecida no art. 25 desta Resolução e, em caso de omissão, segundo o art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Charqueada/SP."

Art. 25, Resolução 03/2023: "A estimativa de preços será realizada através do levantamento de, pelo menos 3 (três) orçamentos, podendo ser:

- I. elaborado por fornecedor, em documento contendo nome/razão social e CNPJ da pessoa jurídica que elabora o orçamento, descrição precisa do material, produto ou serviço a ser adquirido, juntamente com os valores unitário e total, e devidamente assinado pelo responsável pela elaboração da proposta;
- II. retirado de plataforma idônea de pesquisa de preços;
- III. retirado de outros órgãos públicos que tenham realizado procedimento semelhante;
- IV. retirado de aplicativos de mensagens instantâneas, devidamente demonstrados através de cópia juntada aos autos do procedimento." (in verbis)





# CÂMARA DO MUNICÍPIO DE CHARQUEADA

Estado de São Paulo

## PROCURADORIA JURÍDICA DO LEGISLATIVO

Compras 2026', publicado em 15.10.2025 (Diário Oficial do Município edição nº 1234)

Já o 'Estudo Técnico Preliminar' realizado demonstra, entre outros aspectos nele analisados, a viabilidade financeira da contratação, com análise sobre as soluções disponíveis no mercado e a justificativa para a solução pretendida, considerando a estimativa de preços em função das sessões da Câmara a serem realizadas (31 dentro da sessão legislativa ordinária do presente ano + 5 referentes a audiências públicas)

Quanto a publicação do ato, cabe ressaltar que a Lei nº 14.133/2021 criou o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), designando-o como sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela nova lei (seu art. 174, inc. I<sup>3</sup>). No entanto, torna facultativa a publicação no PNCP durante o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação da lei, para Municípios com até 20.000 habitantes, Municípios este que, no entanto, deverão neste período publicar as informações exigidas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato, bem como disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições (art. 176, inc. III, e seu parágrafo único, incisos I e II<sup>4</sup>)

Tal questão fora disciplinada em norma desta Câmara Municipal que regulamentou a nova Lei de Licitações, disposição do parágrafo único do art. 24 da Resolução nº 03/2023 (redação idêntica a do art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021<sup>5</sup>). Ocorre que a publicação no PNCP vem sendo realizada pelo d. Agente

<sup>3</sup> Art. 174, L. 14.133/2021: *"É criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sítio eletrônico oficial destinado à:*

*I. divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos por esta Lei;" (in verbis)*

<sup>4</sup> Art. 176, L. 14.133/2021: *"Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:*

*(...)*  
*III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.*

*Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:*

*I. publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;*

*II. disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica." (in verbis)*

<sup>5</sup> Art. 24, Resolução 03/2023:  
*"(...)*





# CÂMARA DO MUNICÍPIO DE CHARQUEADA

Estado de São Paulo

## PROCURADORIA JURÍDICA DO LEGISLATIVO

---

de Contratação, ainda que tal publicação seja facultativa, como visto para o caso do Município de Charqueada.

No demais, vislumbra-se pelo restante da documentação colacionada que foram apresentados todos os documentos necessários, respeitando-se, assim, o que a lei estabelece para a legalidade das contratações diretas.

Feitas tais premissas, infere-se que, até o presente momento, o procedimento para realização da contratação direta encontra-se em conformidade com os parâmetros legais, aguardando sua posterior tramitação e a confecção do instrumento contratual para a prestação do serviço em questão.

### 3. Conclusão:

*Ante o exposto*, conclui-se, salvo melhor juízo, que estão presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Presidência da Casa e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica.

Diante da documentação acostada aos autos, esta Procuradoria Jurídica entende pela possibilidade da dispensa de licitação e aprovação da minuta do contrato, pelo que se conclui e se **opina pela aprovação e regularidade do processo adotado até o presente momento**, estando cumpridos todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade da presente contratação direta, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto.

É o meu parecer, 'sub censura.'

Charqueada/SP, em 16 de janeiro de 2026.

**Fadel David Antonio Neto**

Procurador Jurídico do Legislativo

---

Parágrafo único. *O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Charqueada/SP.*" (in verbis)

Art. 72, L. 14.133/2021: *"O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial."* (in verbis)